

Nº10 . NOV. 1992

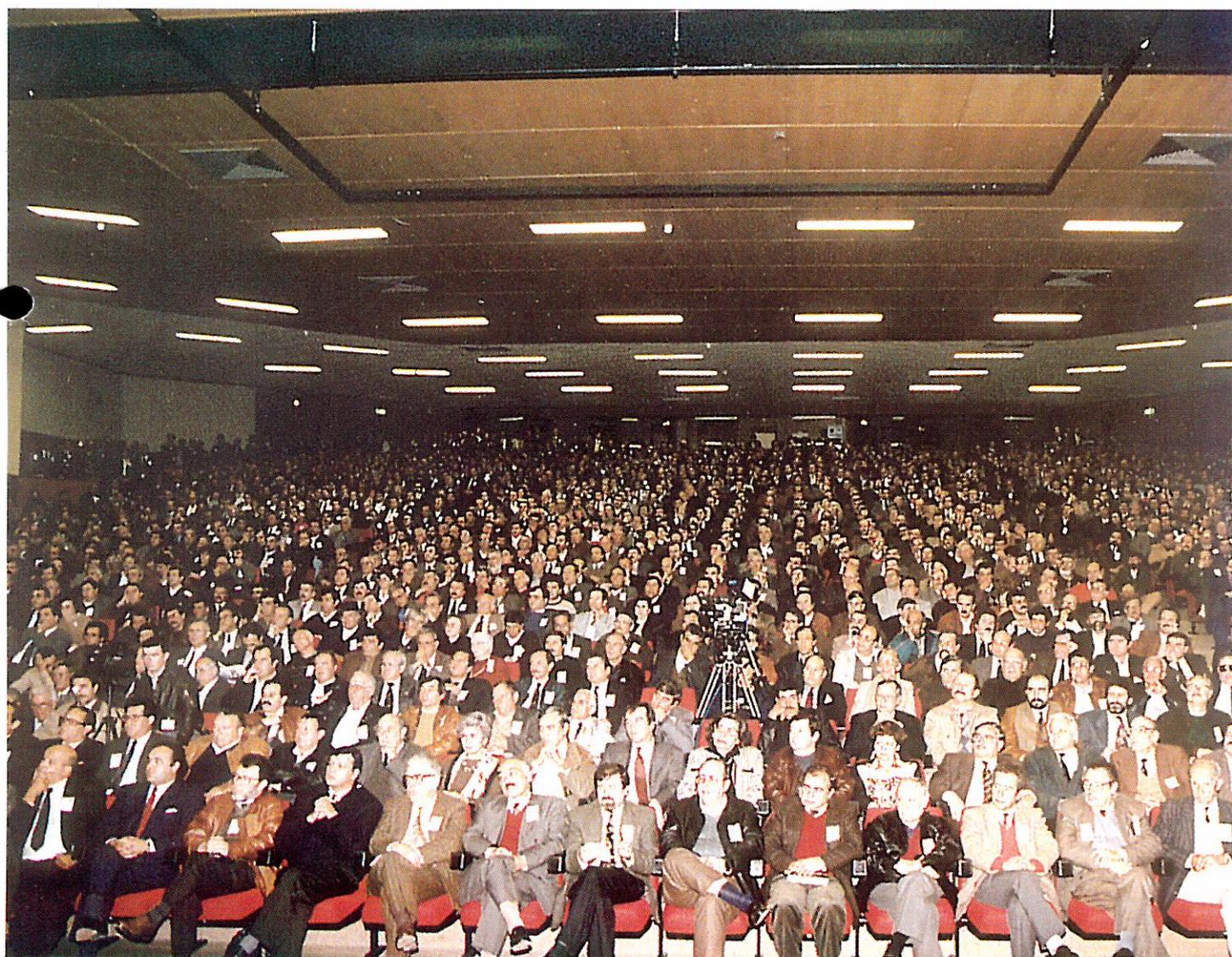
ANMP

BOLETIM



Associação Nacional de
Municípios Portugueses

II Encontro Nacional de Autarcas Impressionante Jornada de Unidade



Mais de quatro mil autarcas mostraram a sua força e coesão

Esta é uma luta por princípios e por convicções, mas não deixa de estar presente nas nossas preocupações o facto de as autarquias estarem a perder capacidade financeira de que resulta um prejuízo para as populações que legitimamente representamos, sublinhou em Lisboa o Presidente da ANMP, Mário de Almeida, durante o segundo Encontro Nacional de Autarcas.

Jornada magnífica que fez encher por completo o grande auditório do Centro de Congressos da FIL — circunstância que obrigou à utilização de outros espaços daquela estrutura —, a iniciativa agregou a massiva presença de mais de quatro mil eleitos das Assembleias e Câmaras Municipais e Assembleias e Juntas de Freguesia, que, assim, mostraram ao país o seu mais vivo repúdio pelo não cumprimento, de novo, por parte do Governo, da Lei das Finanças Locais.

Dirigindo-se à vasta assembleia, o Presidente do Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses começaria a sua intervenção dizendo que o Governo tem pouco reconhecimento pelo trabalho dos autarcas para, depois, reafirmar a exigência de que a Lei das Finanças Locais e demais legislação enquadradora da Autonomia do Poder Local sejam integralmente cumpridas e defendidas constitucionalmente e de cumprimento obrigatório para todos os Governos, não sendo passíveis de serem alteradas pela Lei do Orçamento de Estado.

Ao reconhecer que o país vive momentos de dificuldade económica, Mário de Almeida frisaria que, contudo, havia a possibilidade de subtrair esse dinheiro a Ministérios e não às Câmaras até porque, continuava, num país que recolheu centenas de milhões de contos nas privatizações e recebe um milhão e meio de contos por

dia em fundos comunitários, é inconcebível que, com tanto dinheiro nos cofres do Estado, sejam os Municípios a pagar a factura da contenção.

Sendo seguro, afirmou, que vão ficar por fazer escolas primárias, jardins de infância, centros de dia, redes de água, pavimentação de estradas e tantas outras obras que são fundamentais, o primeiro responsável pela ANMP relevaria, a propósito, que nos retiraram dinheiro — que é nosso — no fecho do mandato e acenaram-nos com mais competências, que só servem para incutir idéias erradas na opinião pública, alijando a Administração Central de algumas dessas responsabilidades que são incómodas e não estão a ser bem exercidas.

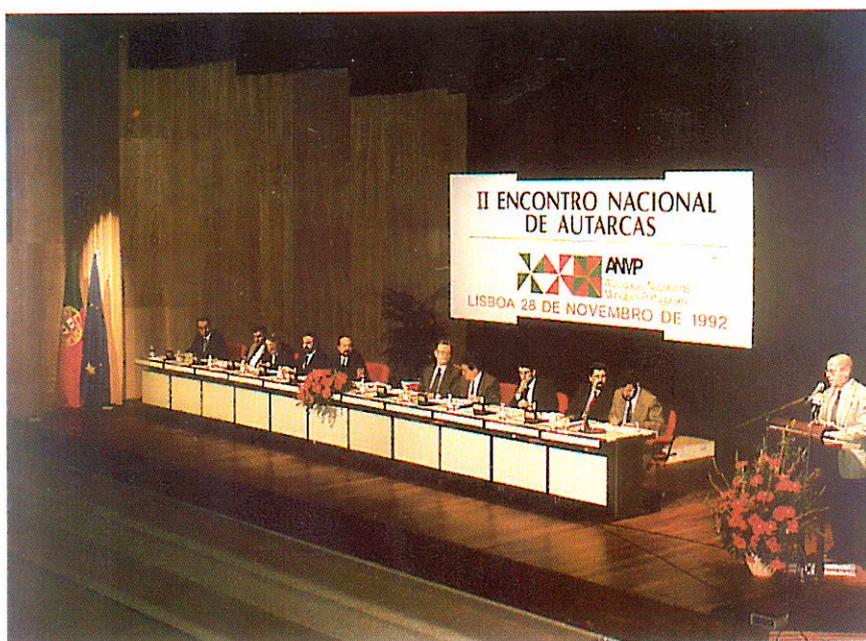
Por outro lado, acentuou, é ainda motivo de preocupação a certeza da falta de dinheiro ir impedir que as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia concretizem empreendimentos fundamentais, enquanto, afinal, a atitude do Governo revela que o Executivo Central, ao retirar verbas às Autarquias sem o fazer em relação a alguns Ministérios — o que poderia decidir — demonstra que não acredita no discurso que adopta sobre a descentra-

lização.

Com efeito, dizia Mário de Almeida, se o Governo crê na capacidade de intervenção das Autarquias portuguesas (como repetidamente o tem afirmado), numa altura em que o país atravessa algumas dificuldades resultantes da conjuntura internacional e dos excessos que foram cometidos na economia portuguesa em 1990 e 1991, dever-se-iam utilizar dinheiros disponíveis onde melhor fossem rentabilizados, que me parece ser — enfatizou — nas Câmaras Municipais.

Já a concluir, o Presidente da ANMP referenciaria o facto do não cumprimento da Lei das Finanças Locais ser também fonte de preocupação para os autarcas posto que criaram expectativas às populações, o que faz com que os cidadãos esperem dos Municípios uma resposta breve para os problemas das suas terras, em quadro que não virá a acontecer uma vez que os Eleitos Locais estão, assim, impedidos de os solucionarem.

Por seu turno, Jaime Soares, Vice-Presidente da ANMP, depois de se congratular com a presença de tantos autarcas, diria que nos reunimos, uma vez mais, em Lisboa, sob o signo da união



da indignação e da revolta incontida de todos quantos, nas suas terras e com as suas populações, labutam diariamente pela satisfação dos anseios mais prementes dos seus conterrâneos e concidadãos.

Ao sublinhar que nos confrontamos, Autarquias e Eleitos Locais, da mais pequena paróquia e lugarejo perdido nas faldas da serra, ao Município cidadão mais desenvolvido, de há uns anos a esta parte, com uma total subversão das regras elementares da convivência democrática, ao pretenderem impor-nos uma tutela política sob a capa da legitimidade da tutela administrativa, o Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares frisaria que as Autarquias portuguesas e os Eleitos autárquicos de todo o país reiteram, uma vez mais, o seu repúdio pelas tentativas de menorização do Poder Local, as quais ganham, no entanto, e talvez mais, contornos de uma estratégia deliberada e minuciosamente traçada para cortar cerce a sua Autonomia.

Defendendo que a legitimidade que possuímos entronca, também, no cumprimento e respeito pelas leis que nos regem e que, enquanto gerais e abstractas, exigem de todos o seu escrupuloso respeito e religioso cumprimento, Jaime Soares afirmaria que a Lei do Orçamento de Estado tem vindo a ser, sucessiva e continuamente, uma pedra de arremesso, qual funda, apontada bem ao alvo do que nos é mais caro e que nos toca e cala mais profundo na nossa consciência e orgulho de autarcas: a nossa autonomia e liberdade de realização, o nosso empenhamento em executarmos as tarefas e o programa para o qual recebemos o aval das populações.

Depois de relevar que ao permitir-se, anualmente, ao sabor da maré e da conjuntura, que os marinheiros que temos ao nosso leme disponham (alterando pela Lei do Orçamento de Estado, a seu bel prazer) da Lei das Finanças Locais, assim se entrando num círculo vicioso e viciado que permite as mais diversas arbitrariedades e distorções ao regime democrático que é suposto vivermos, aquele Vice-Presidente da ANMP adiantaria que corremos hoje o risco de a legalidade se impor pela força do artifício jurídico, da argumentação técnica e falaciosa, da minúcia pseudo legalista de quem legisla e interpreta para as elites bem pensantes, postergando o senso comum dos que, pelos vistos ingenuamente, pensavam ser iguais, no mínimo, perante a lei.

Concluindo, e após exigir as esses “vultos furtivos que nos tramam por detrás da luz”, respeito pelo nosso trabalho e pela a nossa dignidade, pelos direitos inalienáveis dos cidadãos e pelo respeito escrupuloso das leis – deixemos os oásis para os sheiks e para os camelos num deserto que nós não queremos atravessar, sublinhou –, Jaime Soares enfatizaria que queremos proporcionar aos nossos concidadãos das aldeias, vilas e cidades um mundo melhor e mais saudável, deixar para as gerações futuras um país em que se revejam, acreditem e orgulhem.

Jorge Sampaio, Presidente da edilidade lisboeta, enquanto se congratulava por receber na sua urbe os autarcas portugueses, exortou o Governo e o Poder Central a confiarem no Poder Local – não há autonomia quando o edifício é sustentado por uma dependência que se desconhece, dizia – para, depois, acrescentar, em nome dos autarcas, uma total disposição para prestarmos contas ao tostão.

Após considerar ser absurdo, em termos de instituições democráticas, que os Eleitos Locais tenham de justificar a sua legitimidade, Jorge Sampaio remataria di-



zendo da urgência em se encontrar uma fórmula de estabilidade nas relações entre os Poderes Local e Central que evite este drama anual em redor do FEF, quando a questão é bastante mais lata.

Para Joaquim Couto, Presidente da Câmara de Santo Tirso, para quem a marginalização da Administração Local não pode continuar, é exigível uma nova Lei das Finanças Locais, Atribuições e Competências, onde, definitivamente, a par da regionalização, se concretize um novo quadro estável de relacionamento a bem das populações e do povo português, enquanto, de acordo com Daniel Branco, Vice-Presidente da ANMP, o que está em causa não é só o Fundo de Equilíbrio Financeiro, é algo muito mais grave, é o respeito pela Autonomia do Poder Local.

Marçal Pina, Presidente da Associação Nacional de Freguesias, defendeu a exigência de que o Governo encare os autarcas das Freguesias com a dignidade que merecem; Emília de Sousa, Chefe do Executivo de Almada, reafirmou que os Eleitos Locais são a alma e o coração do país; José Lopes, Presidente da Câmara de Miranda do Corvo, reconheceria que a Autonomia do Poder Local tem inimigos em todos os partidos; e Narciso Miranda, Presidente do Município de Matosinhos, ao precisar que não estavam ali para discutir trocos, mas 120 milhões de contos subtraídos às Autarquias, enfatizava o combate contra os adversários do Poder Local, aqueles que – disse – já deixaram cair a máscara e outros que, desrespeitando-o afinal, apenas o defendem na aparência.



Conclusões do Encontro Nacional de Autarcas

A recusa liminar do ataque permanente à Autonomia do Poder Local que tem vindo a ser traço dominante da política governamental, sobretudo no domínio das Finanças Locais, foi uma das conclusões do II Encontro Nacional de Autarcas, que reuniu no Centro de Congressos da FIL, em Lisboa, em 28 de Novembro passado, mais de quatro mil eleitos locais de todo o país e de todos os órgãos autárquicos.

Correspondendo massivamente à iniciativa da Associação Nacional de Municípios Portugueses e ao apelo da Associação Nacional de Freguesias, aqueles autarcas exigiram, designadamente, que a Lei das Finanças Locais e demais legislação enquadadora da Autonomia do Po-

der Local sejam integralmente cumpridas, constitucionalmente defendidas, de cumprimento obrigatório para todos os Governos, e que não sejam passíveis de serem alteradas na Lei do Orçamento de Estado.

Ao manterem a decisão de apresentar junto da Comissão das Comunidades Europeias uma denúncia sobre a lamentável situação a que as Autarquias portuguesas estão sujeitas, insistiam, paralelamente, na necessidade de uma reunião, com carácter urgente, junto do Primeiro Ministro, para eventual superação da actual situação, não prosseguindo quaisquer negociações ou contactos com membros do Governo até decorrer a reunião com o Chefe do Executivo.

Por fim, os autarcas reunidos naquele segundo Encontro Nacional decidiram o encerramento simbólico das instalações das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesias no dia 11 de Dezembro, apelando aos trabalhadores para se solidarizarem com a luta, esclarecendo as populações e fazendo uma concentração junto da Assembleia da República, enquanto corroboravam a decisão do Conselho Geral da ANMP de realizar durante o mês de Janeiro de 1993 um Congresso Extraordinário da Associação Nacional de Municípios Portugueses com o objectivo de serem tomadas as decisões e as medidas que forem consideradas mais adequadas à prossecução das nossas reivindicações.



O encontro na Imprensa

*Autarcas em pé de guerra
Câmaras cortam com Governo*

“A Capital”

*Autarcas ameaçam Cavaco
com manifestação em S. Bento*

“Jornal de Notícias”

*Câmaras fecham
a 11 de Dezembro*

“Diário de Notícias”

*Autarcas unidos na
“guerra” com Governo*

“Correio da Manhã”

*“Estamos fartos” e
“Não pagamos a factura”*

“Público”